

A NARRATIVA PANFLETÁRIA: ENTRE O INCONVENIENTE E A NECESSIDADE.

Eduardo Selga

Universidade Federal do Espírito Santo — Ufes

eduardoselga@gmail.com

Convidado pela professora Jurema Oliveira a ministrar uma oficina de contos na II Feira Literária Brasil-África de Vitória — FLIBAV —, ocorrida na Universidade Federal do Espírito Santo nos dias 08 e 09 de março de 2016, focalizamos a relação entre a pouca representatividade da voz negra na literatura brasileira e a tendência à construção de textos panfletários quando estes pretendem se opor ao racismo. Da oficina decorrem as reflexões que exponho no presente ensaio, considerando o surgimento de autores novos que se utilizam da rede mundial de computadores por não terem sido ainda publicados em livro físico ou por preferirem o meio eletrônico como exclusivo instrumento de publicação.

Quando vasculhamos os sites brasileiros que abrigam candidatos a “escritores profissionais” de prosa artística, como o <http://entrecontos.com/>, encontramos no mínimo dois modos de enxergar a literatura e o fazer literário, que nos chamam a atenção. O primeiro é, lamentavelmente, uma visão mercantilista, muito de acordo com o recrudescimento da lógica do capital no imaginário popular e seu confisco de territórios simbólicos, como ocorre com as relações afetivas e interpessoais, hoje muito sitiadas pela premissa do utilitarismo. Por esse primeiro juízo, o autor é um empresário cuja matéria-prima, a palavra, é por ele mesmo manufaturada e transformada fundamentalmente em produto de consumo. Se daí resultar um texto algo artístico, tanto melhor, mas a demanda por essa arte é prerrogativa do consumidor, digo, do leitor. O texto, portanto, deixa de ser visto como a expressão da subjetividade autoral para ser espelho de uma suposta necessidade de consumo. Por esse caminho o escritor em larga medida abre

mão de uma de suas maiores possibilidades, influenciar seu leitor ao desacomodá-lo da zona de conforto. Investidor cauteloso, ele prefere manter o leitor em seu lugar, tranquilo, para que esse cliente não fuja ou procure a concorrência, ou seja, outro escritor que tenha estilo semelhante, porém menos inconveniente.

A outra perspectiva não raro se mostra contígua à anterior, mas apresenta uma particularidade relevante. Um estereótipo, de fato, antigo e muito eficiente em um Brasil e mundo caóticos: para um texto literário ser considerado “de boa qualidade” é preciso que ele contenha elementos de evasão do chamado mundo real, na medida em que este é visto como um lugar desagradável, cheio de sofrimentos. No site citado no início deste trabalho é particularmente possível enxergar isso nos 48 contos de novos autores inscritos em 51 dias (de 16/02 a 03/04/2016) para disputar um certame acerca do tema “fantasia” (RESULTADOS... Acesso em 06 abr. 2016).

Mesmo sendo um ponto de vista que não chega a surpreender, é importante lembrar que o segundo, bem como o primeiro, é altamente reforçado pelo presente momento da sociedade ocidental, em que há um constante estímulo a que o indivíduo se aliene enquanto membro de uma coletividade, buscando na concretização do sonho individual uma felicidade idealizada, e não na ação política consistente e efetiva um mundo melhor para a coletividade á qual ele pertence. Semelhante busca, na qual entendo haver altas doses de egocentrismo, resulta em uma narrativa espetaculosa que, embora escrita na forma de conto ou romance, se mostra obediente às regras da midiatização, com reviravoltas constantes, uma obsessão por surpreender o leitor a cada página e uma dinâmica próxima do roteiro cinematográfico de ação.

No atual estágio do capitalismo no mundo, o sucesso, nos termos anteriormente expostos, é uma obrigação, um mantra social a que o sujeito está muito vulnerável, e isso cala fundo nas gerações mais novas e particularmente no artista, na medida em que a recepção positiva do fazer artístico pode estimular a vaidade egocêntrica.

Uma vez fisgado por essa toada monótona e muito eficiente, o autor, para seduzir seu público, passa a precaver-se de modo a evitar o discurso não autorizado, ou seja, o que porventura contrarie o aceito como legítimo por amplas parcelas da sociedade, ainda que de maneira velada, como o racismo (hoje nem tão disfarçado assim). Esse autor, quando “ousa”, não raro é timidamente que o faz ou apenas de modo demagógico, providenciando o desmanche da suposta ousadia no transcorrer da narrativa com uma espécie de compensação, em que os valores do discurso dominante falam muito mais alto diante do discurso periférico.

Não apenas de autores alinhados ao campo dominante se constitui a nova geração, por óbvio. Há algum discurso contrário. Mas ele, para se opor ao autorizado, na literatura, enfrenta um dilema: como levar a efeito semelhante tarefa sem comprometer a qualidade estética, elemento muito associado, do ponto de vista do conteúdo, a uma pretensa imparcialidade do narrador e dos personagens relativamente ao discurso autorizado? Ou, por outras palavras, é possível hoje representar o universo periférico do sujeito negro no Brasil sem repetir o discurso dominante ou sem ser panfletário?

O termo panfletário, na narrativa, é uma designação pejorativa referente a enredos nos quais pontos relevantes de sustentação da sociedade capitalista, como o racismo, são postos em questionamento. Sugere que ao demonstrar a nudez do rei ou pela palavra deixá-lo sem roupa, o autor estaria necessariamente fazendo do texto um palanque, e com isso abandonando a premissa da arte pela arte, o que significaria depauperar o texto. A qualidade estética dele, nesse caso, é associada a certa indiferença quanto à realidade social, ou mesmo a defesa sutil do pensamento capitalista, como nos parece ser o caso de, citando um autor consagrado, Monteiro Lobato, grande admirador dos Estados Unidos, em cuja obra *O presidente negro* há um elogio à eugenia e à segregação social, como podemos ver no trecho “muito cedo chegou o americano à conclusão de que os males do mundo vinham dos três pesos mortos que sobrecarregavam a sociedade –o *vadio*, o *doente* e o *pobre*” (LOBATO, 2009, p. 117, grifos do autor). Se o presente discurso é apenas uma construção adequada à personagem que o proferiu, ou se ela é o alter ego do autor, é irrelevante. O que pesa é o fato de esse discurso estar perfeitamente

afinado com premissas capitalistas. Curiosamente, em casos nos quais há tal aproximação é incomum o texto ser considerado panfletário, termo depreciativo normalmente apenas atribuído ao contradiscurso. Por exemplo, o trecho abaixo, de um conto de Moacir Amâncio publicado nos anos 1980 intitulado “O pé”, tem muito mais probabilidade de ser recebido como realístico, e por extensão de significado “isento de ideologia”, do que um discurso que reitera o racismo entranhado na sociedade brasileira.

Os presos também tinham as bocas amarradas, só via os olhos deles estalados, rolando, rolando, pavor danado. Os homens das armas discutiam e xingavam de todo nome, discutiam o jeito que iam matar.

— Rapidinho.

— Oi presunto fresco.

— Quero cortar a língua dele, nunca vi ninguém de língua cortada.

— Boa boa, dá um tiro no saquinho da boneca, do crioulo aí. Preto capado é um barato. (AMÂNCIO, 1981, p. 58, grifos do autor)

Se entendermos a expressão literária como um arranjo entre forma e conteúdo de modo a atingir certa harmonia textual, concluiremos facilmente que nem um nem outro podem ser menosprezados pelo autor, sob pena de ocorrer uma dissonância entre as partes constituintes do texto. Assim sendo, a rotulação de panfletário enquanto nódoa não deixa de fazer algum sentido, na medida em que o texto tipicamente incluído nessa adjetivação não raro dá menor valor a alguns aspectos formais de caráter estético em detrimento do conteúdo.

No entanto, empenhar-se em dar ao texto um apuro formal não significa que ele tenha de ser retumbante, um primor de originalidade. Assim é que, por exemplo, em um conto no qual o autor pretenda explícita e fundamentalmente desmascarar o racismo à brasileira nas relações sociais, a forma não precisa ser o elemento mais notável se isso significar encobrir o conteúdo. Aliás, uma excessiva elaboração, tendendo ao neobarroquismo, à

prosa poética muito carregada, poderá facilmente desmanchar a intenção primeira do autor. Por outro lado, o menosprezo aos aspectos formais poderá fazer o texto ter relevância apenas enquanto conteúdo, correndo o risco de se tornar quase informativo e datado pelo momento histórico pelo qual a sociedade esteja passando quando de sua elaboração desse texto. É um problema que envolve equilíbrio, portanto.

Evitar ou minimizar o tom panfletário, acreditamos, implica o autor ter uma postura estética diante da construção textual, a partir do que se norteará o conteúdo ideológico, não o inverso, uma postura ideológica a estruturar a forma textual. Para isso pode ser de muita valia explorar o conteúdo simbólico das situações narradas, pois dessa maneira o autor poderá, ao invés de afirmar peremptoriamente, sugerir. E, pela sugestão, induzir à leitura pretendida. Outro motivo para o uso da camada simbólica é factual: alguns aspectos das mazelas sociais, como o racismo, reverberam tão profundamente no sujeito que é muito difícil, senão impossível, narrar ou descrevê-los de modo fiel apenas usando a objetividade das palavras: o abstrato, mesmo silente, consegue muitas vezes falar às camadas mais fundas do ser, onde se fixa, por exemplo, as consequências do racismo no sujeito.

No entanto, talvez haja quem se pergunte, a sutileza e a subjetividade têm a contundência bastante, ou falamos o tanto que é necessário ser dito em se tratando, por exemplo, do racismo? É um caso de recepção textual, portanto depende do perfil do público leitor, mas, de todo o modo, o denotativo é potencialmente mais explícito do que o conotativo. Então, o autor precisa ter muito claro para si qual será o alvo de sua ficção para, a partir daí, perceber em que grau ele terá de barganhar com a estética literária (mostrar tudo ou insinuar, e até que ponto?), se pretender um texto denunciador.

Uma estratégia da qual autores pertencentes aos estratos da sociedade discursivamente marginalizados podem fazer uso com vistas à elaboração ficcional são os pontos de indeterminação, ou seja, o uso da linguagem de modo que alguns elementos do racismo sejam mostrados sem serem explicitados, o que não pressupõe obscuridade ou subjetividade hermética. Mesmo porque, nos dois últimos casos, o racismo deixa de

aparecer. No máximo, ele ameaça, é uma figura indistinta no texto literário. Quando falamos de pontos de indeterminação falamos do jogo de claro e escuro, mostrar e esconder por meio da linguagem. Afinal, escrever literariamente é como reger um coral: é preciso saber controlar as muitas vozes. E, claro, é preciso ter mais de uma para que se possa controlar.

Nesse sentido, lembro o ensaio da pesquisadora Heloisa Toller Gomes no qual ela afirma que “os autores afro-brasileiros, muitas vezes através da paródia, outras vezes no discurso candente de denúncia ou por meio de estratégias mais oblíquas oferecidas pelo discurso da ironia ou da dissimulação [...]” (2014, p. 70), ao longo da história literária brasileira apresentaram seu contradiscurso “[...] à história eurocentrada e aos mitos fundacionais na retomada de sua própria história e na expansão da própria voz” (GOMES, 2014, p. 70).

Umberto Eco assevera que “[...] os mundos ficcionais são parasitas do mundo real” (1994, p. 89), com o que concordamos no sentido de que a realidade é necessariamente a fonte primeira de onde surge outra versão desse mesmo real, muito mais confortável porque sob o controle de seu criador. É um procedimento mimético, no caso dos textos de caráter realístico; é a demonstração de um mundo possível, quando se trata de obras incluídas no discurso do insólito. No entanto, esse “parasitismo” de que nos fala o autor é relativo, ou pode não ser absoluto, na medida em que os mundos ficcionais têm o condão de, uma vez criados como “parasitas”, sobreviverem com certa autonomia no imaginário do leitor, mas interferindo no conceito que ele tem do que seja realidade. É a fuga que a evasão, sobre a qual comentamos anteriormente, permite.

Mas realidade é um conceito nem tão sólido quanto pode parecer. Na verdade, elegemos determinado modo de percepção das coisas, em detrimento de outras tantas maneiras, e aplicamos a ele a rubrica de real, o que lhe confere veracidade, para nosso conforto. Nesse recorte existe um instrumento precioso na construção da chamada realidade: o estereótipo. Por meio desse processo simplificador dos significados, realidades são construídas ou tornadas ocultas do senso comum, a exemplo do racismo que, no Brasil, por muito

tempo ficou relativamente camuflado no cotidiano e, sobretudo, em alguma camada do imaginário popular. Como se fosse uma espécie de ficção social. Para todos os efeitos, ele não existia e toda “brincadeira” feita de modo a menosprezar dissimuladamente o sujeito negro era apenas isso mesmo: brincadeirinha de um povo espirituoso e alegre que somos. Por consequência, o racismo em raras situações foi posto em destaque como um malefício social em nossa literatura a partir de uma autoria negra e personagens idem, como o fizeram o pré-modernista Lima Barreto e do contemporâneo Márcio Barbosa.

Do primeiro, por três vezes recusado na Academia Brasileira de Letras — inspirada em modelo europeu—, autor cujo universo criativo girava em torno dos marginalizados da metrópole urbana, podemos citar o conto “O pecado”, em que a boníssima alma de um homem tem todos os requisitos para adentrar o paraíso, mas quando a autoridade celestial descobre que ela pertencia a um homem negro decide que seu lugar é o purgatório.

Do segundo, Márcio Barbosa, “pesquisador e um dos coordenadores do Quilombhoje” (CADERNOS..., acesso em 06 abr. 2016), o conto “Viver outra vez” alegoriza a resistência antirracista brasileira em um enredo no qual um velho professor negro revigora suas esperanças no contato afetivo com uma jovem mulher idealista. O seguinte excerto serve de exemplo:

Parece que nós temos de adquirir uma força tão grande, parece que um amor pela vida se enraíza tão fundo dentro da gente, que nada nos abala com facilidade. E se a gente cai, é pra levantar mais forte; se apanhamos, voltamos a brigar com mais garra; se choramos, também aprendemos a extrair, lá de dentro, uma gargalhada tão gostosa, que é como se toda a alegria do mundo coubesse em nosso peito. Somos negros e temos essa força. Isso é maravilhoso (BARBOSA, 2001, p. 591).

Não é surpreendente a ocorrência de tão pouco contradiscurso de hoje: na literatura brasileira há uma longa tradição de ausência do autor negro e também do personagem que não se alinha ao estereótipo montado pelo

discurso dominante. Tradição essa que tem suas raízes na colonização portuguesa e na instituição do Estado brasileiro, para o qual existem sujeitos de primeira e de segunda classe, o que determina uma grande zona periférica quanto à plena cidadania, incluindo, dentre muitos outros, a negritude, as mulheres e a comunidade LGBT.

Semelhante situação gera um vácuo de representação na literatura, por óbvio. Seu universo de autores é constituído majoritariamente por indivíduos brancos de classe média, o que no mais das vezes provoca uma visão do sujeito negro, via personagens, a partir de uma vivência na qual ele não está incluído, pois ele é representado pelo lugar de fala do sujeito branco. A diferença é grande, pois o homem negro brasileiro carrega consigo, ainda que não se dê conta disso, o peso da história passada marcando a ferro em brasa o presente vivido nas periferias urbanas e discursivas. Lembrando a letra de *Pagu*, canção composta por Rita Lee, “Só quem já morreu na fogueira / Sabe o que é ser carvão” (LEE, 2000). Um carvão que, calcinado ontem, nos pelourinhos, se reflete e se abrasa hoje nas condições de vida a que estão submetidos os sujeitos negros brasileiros.

Com tamanha lacuna estética referente a uma camada social majoritária quanto à quantidade de sujeitos, não é surpreendente que a pouca representação autoral negra no Brasil contemporâneo suscite de modo geral uma inquietação e um comportamento afirmativo por parte dos autores situados no discurso marginal, sejam das novas gerações ou não. Com isso, aquilo que o leitor construído a partir do discurso dominante, e também a crítica, denominam “panfletário” pode encontrar terreno fértil. É a inescapável necessidade de ocupar o campo estético, território profundamente arraigado ao político na medida em que a produção artística pode corroborar visões ideológicas correntes ou dar voz a percepções ainda minoritárias. E ao ocupar o território estético o autor cujo discurso é marginalizado se coloca em um “[...] cenário em que se desenvolvem táticas e estratégias criativas de sobrevivência e de reinvenção identitária [...]” (GOMES, 2014, p. 60).

Boa parte dos autores novos de que falei no início deste trabalho, em se tratando de prosa, tem especial predileção pelo gênero conto, seja por ser

entendido como “treino” para se chegar ao romance (gênero considerado o mais “nobre” por muitos deles), seja por reflexo do contemporâneo, na medida em que a velocidade dos dias atuais predispõe a textos curtos, como o conto. Se nos ativermos aos enredos, personagens e discursos, é possível vislumbrar que o universo estético desses autores está muito sintonizado com o discurso dominante, com poucas exceções, o que se explica em função de pertencerem às camadas sociais médias, em sua grande maioria.

Na verdade, a prosa não parece ser o campo estético preferido, dentre os autores da geração que faz uso da internet como instrumento divulgador, daqueles que assumem um discurso marginalizado e com viés claramente panfletário, talvez por demandar um processo de elaboração um tanto incompatível com a angústia que a condição marginal causa no espírito do artista, caracterizado pela necessidade de expressar-se e de difundir-se. O poema escrito em versos livres parece ser o gênero mais bem adequado a essa inquietação, como é possível notar em páginas eletrônicas que se dedicam à literatura situada em campo periférico, como <https://www.facebook.com/LiteraturaMarginalES>.

As razões do racismo não são de ordem estritamente política, não dizem respeito apenas à necessidade do sistema capitalista manter grupos sempre submetidos a partir de um discurso validador dessa dominação, em que as diferenças fenotípicas servem de pretexto. Há também, agregado às razões políticas, o etnocentrismo, evento sociológico que se traduz na “[...] desconfiança de estranhos, combinada com a tendência de avaliar a cultura dos outros em termos da sua própria cultura” (GIDDENS, 2012, p. 459), o que traz para o sujeito negro, considerado um intruso social, uma carga emocional cujo represamento eterno é impossível, contrariando os interesses de quem constrói as represas. Por isso, a tendência ao panfleto convivendo com a necessidade de manifestar-se no interior de uma estrutura literária que, herdeira da tradição greco-latina, valoriza muito a forma e o comedimento.

Ao fim e ao cabo deste trabalho e da oficina ministrada na II FLIBAV, nos parece que o grande desafio dos autores discursivamente periféricos é

desestetizar o discurso ideológico na literatura sem, apesar disso, haver perda de qualidade literária.

Referências:

AMÂNCIO, Moacir. O pé. In: *O riso do dragão*. São Paulo: Ática, 1981.

BARBOSA, Márcio. Viver outra vez. In: *Os cem melhores contos brasileiros do século*. Org. Ítalo Moriconi. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 588-591.

BARRETO, Lima. O pecado. In: *O homem que sabia javanês e outros Contos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

CADERNOS Negros Volume 24. Disponível em <<http://150.164.100.248/literafro/>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

ECO, Umberto. Bosques possíveis, in: *Seis passeios pelo bosque da ficção*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 81-102.

GIDDENS, Anthony. Raça, etnicidade e migração, in: *Sociologia*. Trad. Ronaldo Cataldo. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 449-479.

GOMES, Heloisa Toller. Africanidade e território na inscrição (da escrita literária) brasileira, in: *Africanidades e brasilidades: ensino, pesquisa e crítica*. Org.: Jurema Oliveira, Luís Eustáquio Soares. Vitória: EDUFES, 2014. p. 57-75.

LEE, Rita. *3001*. São Paulo: Universal, 2000. Disco digital (CD), estéreo.

LOBATO, Monteiro. *O presidente negro*. São Paulo: Globo, 2009.

RESULTADOS do desafio “fantasia”. Disponível em: <<http://entrecontos.com/2016/04/03/resultados-do-desafio-fantasia/#comments>>. Acesso em: 06 abr. 2016.